

Mercados e alimentos: complexidade de relações ou simples poder de escolha?

Markets and food: complexity of relationships or simple power of choice?

Juçara Elza Hennerich*

Veridiany Filus**

Clério Plein***

Resumo: O presente ensaio teórico tem como objetivo abordar o poder da escolha individual dos atores que compõem a dinâmica de compra e venda de alimentos, tendo como direcionamento a ideia de que este não pode ser visto como mera mercadoria e reduzido aos processos mercadológicos. Na visão aqui exposta, tanto o alimento não deve ser identificado como objeto meramente mercantil, como as relações existentes na produção e aquisição destes perpassam e estão diretamente ligadas às escolhas, sejam elas do que, como e onde produzir, ou o que e de onde consumir. Para tal, realizou-se uma pesquisa bibliográfica que direciona a validação destes aspectos, pontua caminhos possíveis para comercialização e como alternativa real caracteriza-os como contramovimentos. Ações que permeiam a sociedade atual sinalizam uma nova ordem social de consumo que dentro do próprio capitalismo, consideram a escolha individual. O ensaio instiga o indivíduo, a pensar que seus atos não são meramente atrelados a conhecimentos massificadores, e que as relações locais e culturais compõem novas atitudes e escolhas e estas são capazes de modificar o contexto social.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. Consumo. Contramovimentos.

Abstract: This theoretical essay aims to address the power of individual choice of the actors that make up the dynamics of buying and selling food, with

* Mestre em Produção Vegetal pela Universidade Estadual do Centro Oeste, especialista em Espaço, Sociedade e Meio Ambiente pelo Instituto Brasileiro de Pós-graduação e Extensão, graduada em Engenharia Agrônoma pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Professora Celetista do Centro de Ensino Superior Riograndense. E-mail: jucaraeh@gmail.com

** Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal de São Carlos, especialista em Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável pelo Centro Universitário Internacional, graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Centro-Oeste. Professora Celetista da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: veri_filus@yahoo.com.br

*** Doutor e Mestre em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, graduado em Economia Doméstica pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Professor Associado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: clerioplein@gmail.com



This content is licensed under a Creative Commons attribution-type BY

the aim of guiding the idea that it cannot be seen as mere merchandise and reduced to marketing processes. In the view exposed here, both food should not be identified as a purely commercial object, as the existing relations in the production and acquisition of these permeate and are directly linked to the choices, be they of what, how and where to produce, or what and from where consume. To this end, a bibliographic research was carried out that directs the validation of these aspects, points out possible paths for commercialization and as a real alternative characterizes them as countermovements. Actions that permeate today's society signal a new social order of consumption which, within capitalism itself, considers individual choice. The essay instigates the individual, to think that their actions are not merely linked to mass knowledge, and that local and cultural relations make up new attitudes and choices and these are capable of modifying the social context.

Keywords: Family farming. Consumption. Countermovements.

Recebido em 21/03/20. Aceito em 25/06/21.

Introdução

As discussões sobre a estrutura alimentar mundial remetem necessariamente às teorias marxistas de transformação do alimento em mercadoria e a formação de mercados atrelados aos conceitos e práticas capitalistas. Em contraponto a esta realidade, é necessário fortalecer a discussão do poder de escolha dos indivíduos perante as supostas mercadorias alimentares e promover a internalização de conceitos alternativos ao pensar mercadológico.

Em determinado ângulo de análise estamos inertes, impossibilitados de agir frente ao inatingível sistema de mercado estabelecido, sem o poder real de escolha. Para Machado *et al.* (2016), a homogeneização do alimento, sua definição em escala planetária e o deslocamento do poder de escolha, do quê e como alimentar-se, a indústria alimentícia, definem que o que se consome é o alimento-mercadoria.

Fato que pode ser considerado fruto de um processo econômico (capital em forma monetária), onde o produto serve como recurso para se confeccionar mais mercadorias, que serão utilizadas para a produção de mais dinheiro e, conseqüentemente, mais coisas, num processo constante e rápido o bastante para fazer com que o sistema capitalista pareça estar sempre um passo à frente (BAUMAN, 1999).

E é dentro deste contexto, do alimento como mercadoria que se questiona: como se deu este processo? Qual o grau de reversão? Quais atitudes podem ser adotadas pelos produtores e consumidores para que esta reversão se concretize? Estamos impossibilitados de agir, ou absortos nas supostas vantagens que este modelo nos oferece? Temos ou não opção de escolha?

Segundo Abramovay (2004), o poder de decisão é constituído de um conjunto irritantemente opressivo de restrições, constrangimentos e pressões que fazem da escolha pouco mais que uma ilusão. Corroborando com esta visão, é possível considerar ainda, que ao contrário do tradicional pensamento marxista, de que as pessoas encontram sentido em suas capacidades produtivas, o

que se vê, na atualidade, é que, além disso, as pessoas se identificam no consumo, o que inclui o consumo alimentar (DA VEIGA DIAS, 2015).

Abramovay (2004) questiona a falta de consideração do ambiente social em que o produtor está inserido, como forma de racionalizar suas opções limitadas frente à mercantilização do alimento e, ao mesmo tempo, como um espaço onde o produtor pode exercer influência neste processo de compra e venda de alimentos. Neste espaço dicotômico, racionalizamos aqui o poder de influência deste produtor e da sociedade em geral em constituir este ambiente, visto que a sociedade e suas opções, em determinadas situações, parecem estar distantes ou separadas dos indivíduos que a compõem.

Em contrapartida à conjuntura estabelecida, Schimitt (2011) relata a existência de alternativas de mercado e, portanto, de consumidores que optam por outra realidade de produção. Segundo a autora, impulsionados pelas denúncias dos riscos associados aos agrotóxicos e aos alimentos transgênicos, pelo crescimento das redes de comércio justo, da agricultura orgânica e pelo surgimento de formas limpas de produção, os consumidores colocam em questão as formas dominantes de produção e consumo e contribuem para a politização das relações entre produtores e consumidores.

Sendo assim, o presente estudo pretende percorrer os elementos que compõem a reação ou a falta da mesma frente a realidade de consumo atual, ciente de que este percurso possa identificar pontos centrais capazes de, se fomentados, auxiliarem a retomada efetiva do poder de escolha frente ao alimento e a identificação do mesmo como elemento primordial da existência humana.

Dentro deste contexto, além da introdução, o estudo é composto por um conceito geral de desenvolvimento, pontuando o papel do alimento dentro deste processo, o papel dos agricultores e consumidores na dinâmica de consumo alimentar e as concepções dos movimentos existentes que tensionam este pensar mercadológico em relação ao alimento e às escolhas individuais e, por fim, aponta alguns caminhos em direção a uma produção e um consumo alimentar mais integrado e consciente.

Desenvolvimento: aspectos determinantes ao indivíduo e suas relações

A aplicação da palavra desenvolvimento está amplamente enraizada no sistema capitalista, engendrando em sua base de concepção a ideia de acumulação e da maximização do autointeresse (crescimento individual). Dentro desta lógica desenvolvimentista, outro aspecto importante e implícito é a mercantilização, instrumento de autossubordinação das nações ao neoliberalismo¹ (SCHNEIDER; ESCHER, 2011, SEN, 1999, MCMICHAEL, 2016).

Polanyi (1976, 2000) sintetiza e expõe a estreita visão de desenvolvimento concentrado na economia como uma falácia economicista que justapõem: desenvolvimento, economia e mercado, permeando-os pela balança de oferta e demanda. Schneider e Escher (2011, p. 188) esclarecem a equivocada construção deste pensamento economicista, na medida em que o compreendem como, “um processo dinâmico e histórico e não uma sucessão de situações de equilíbrio agrupadas por meio de estatística comparativa”.

¹“compreende uma concepção de homem (considerado atomisticamente como possessivo, competitivo e calculista), uma concepção de sociedade (tomada com um agregado fortuito, meio de o indivíduo realizar seus propósitos privados) fundada na ideia da natural e necessária desigualdade entre os homens e uma noção rasteira de liberdade (vista como função de liberdade de mercado)” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 238).

A necessidade passa a ser então, entender o que é e como mensurar o desenvolvimento, e a resposta a estas questões ocupa as obras de diversos pensadores e, sem dúvida, pode ser abordada de diferentes aspectos, um deles, ao qual se atém aqui, é aquele que não segrega o desenvolvimento, entendendo-o como uma espiral onde: o ambiental, o social, o econômico, o cultural e o humano são relacionados e interdependentes e juntos modelam o próprio conceito de desenvolvimento. Esta concepção remete ao que Sen (1999, p. 1-13) compreende como uma visão socrática da vida centrada na pergunta “como devemos viver?” e a sua afirmação de que “a vida empenhada no ganho é uma vida imposta e evidentemente a riqueza não é o bem que buscamos”, pautando esta busca nas “liberdades”².

Neste sentido, se a riqueza não é o bem que se procura como explicar uma vida dedicada, em tempo e espaço, à venda de mão de obra e ao consumo sem reflexão? Quais seriam os bens que se buscam e onde estão em escala de prioridade na vida de cada indivíduo? E ainda, quais as consequências dos atos destes na sociedade onde estão inseridos?

Mesmo pautando o desenvolvimento de forma ampla, persistem visões como a de Adam Smith (1723-1790) de que o desenvolvimento ocorre sempre conjuntamente ao crescimento, considerando que mudanças estruturais estão intrínsecas ao processo de construção das sociedades, fundamentadas principalmente pelo viés econômico.

Em contrapartida a esta linha de raciocínio, Sen (1999, p. 14) em sua obra sobre ética e economia, não nega a importante participação da economia na construção do desenvolvimento, no entanto, remonta a ideia da “engenharia” ao exemplificar que a “concepção de motivação e realização social relacionada à ética precisa encontrar um lugar de importância na economia moderna, mas, ao mesmo tempo, é impossível negar que a abordagem da engenharia também tem muito a oferecer à economia”. Neste sentido, não se deve limitar a observação da realidade apenas por um viés, mas sim identificar as diversas possibilidades e articulações disponíveis dentro do sistema.

Para avançarmos nesta discussão consideramos Schneider e Escher (2011, p. 190) que atribuem a Polanyi o apontamento de dois significados para a economia, o “formal”, que deriva da lógica e refere-se à escolha racional entre uso e a escassez que configuram a maximização, e o “substantivo” que deriva da dependência do ser humano em relação à natureza e a seus semelhantes, para conseguir seu sustento. Considerando que a economia formal se construiu a partir de um contexto histórico entremeado pela mercantilização da terra, do trabalho e do dinheiro, Polanyi (2000, p. 94) nos faz refletir, que “nenhum deles é produzido para a venda e sua descrição como mercadoria é inteiramente fictícia”, acrescentando a esta visão, que estes fatores mercantilizados não têm seu preço determinado pelo custo de produção, sendo uma mercadoria instituída por mecanismos como lei, ideologia, costume e mesmo violência, e por fim, que permeiam o contexto histórico, alcançando sentido dentro de um ambiente institucional e de relações sociais.

Elementos que convergem para a determinação da sociedade de mercado onde “[...] em vez de a economia estar embutida nas relações sociais, são as relações sociais que estão incrustadas no sistema econômico” (POLANYI, 2000, p. 77). Na interpretação de Schneider e Escher (2011, p. 197) esta “desvinculação e autonomização da economia são ao mesmo tempo uma realidade

² Em sua obra *Desenvolvimento como liberdade*, Amartya Sen assegura que o crescimento econômico não pode ser considerado um fim em si mesmo, ele tem que estar relacionado com a melhoria de vida dos indivíduos e com o fortalecimento das liberdades.

sociológica e um projeto político orientado por interesses de atores, grupos e classes sociais específicas”, que dominam o poder e se articulam para minar alternativas avessas a esta lógica.

O contraponto à “sociedade como um acessório do sistema econômico” encontra “eco” nas teorias da economia substantiva de Polanyi (2000) e na teoria do desenvolvimento como liberdade de Sen (2000), ambas convergem para o entendimento de que o desenvolvimento não pode ser visto somente pela centralização na economia, que deve ser considerado multifacetado, dinâmico e capaz de obter reflexos para além dos aspectos econômicos, levando em consideração as características regionais, bem como as decisões de quem está inserido neste contexto.

Para Polanyi (2000, p. 94) a construção destes pensamentos e, conseqüentemente, das ações que dele se originam é natural à dinâmica social, considerando que, não se pode somente levar em conta os mecanismos de mercado, submetendo o indivíduo e a natureza ao poder de compra, tal submissão levaria a sociedade a um colapso.

Neste ponto é que identificamos como alternativa inerente às relações sociais, a formação dos contramovimentos, que segundo Polanyi, constrói-se como uma forma de proteção da sociedade, da natureza e da própria organização produtiva, sendo capazes de deslocar as “mercadorias” para fora da órbita dos mecanismos de mercado (BUGRA, 2007, p. 3).

Neste viés, podemos considerar o processo de formação de redes sociais como um resultado desta série de questionamentos que podem encontrar refúgio nas teorias de Polanyi e Sen, considerando que uma sociedade regulada pelo mercado está direcionada a impessoalidade das relações, enfraquecendo a reciprocidade e a redistribuição. No entanto, Polanyi (citado por SCHNEIDER; ESCHER, 2011), também salienta a possibilidade de coexistência desta com formas econômicas de comportamento que fundamentam sua tese de que a sociedade pode manter-se no direito de regular o mercado e não o contrário.

Duas posições são possíveis ao indivíduo, no processo de desenvolvimento, aquela que embasa as ações e regula os processos e aquela que está no cerne do capitalismo, onde o indivíduo é regulado pela mercantilização, temos um componente comum e óbvio aos dois formatos, o próprio indivíduo e sua busca pela sobrevivência dentro de um ecossistema global.

Um exemplo de ações coletivas que levam em consideração os anseios dos indivíduos, pode ser observado na fala de Linera (2019), quando ao dissertar sobre o caminho percorrido pela Bolívia na busca de um estado “integral” com perspectivas socialistas e comunitárias, o autor nomina 5 diferentes fases para a efetivação desse processo no qual a última fase pressupõe a emergência das contradições criativas:

Nas contradições e tensões se revelam os problemas que afligem uma coletividade, e também é nelas que se tornam visíveis as diferentes soluções propostas para os problemas; e nos próprios conflitos, manifestados por estas contradições, a sociedade articula projetos, alianças e meios para solucioná-los de maneira parcial ou total. Tensões e contradições são, portanto, os mecanismos por meio dos quais conquistam-se as transformações e se impulsiona o avanço de uma sociedade como parte indissolúvel do curso democrático e revolucionário dos povos (LINERA, 2019, p. 24).

Com base nos pensamentos do autor, que também afirma que o desenvolvimento pautado no capital é fraco perante uma sociedade mobilizada e indica a superação das contradições por meio de métodos democráticos de diálogo, articulação e unificação de critérios, entendendo-as

fundamentais para o processo de desenvolvimento, considera-se a importância de um Estado integral, efetivo e atuante que integre a população nas decisões coletivas (LINERA, 2019).

Dentro desta perspectiva podemos visualizar uma nova forma de capitalismo possível, onde o desenvolvimento possa recompor, criar e “metamorfosar” a sociedade. Burawoy e Wright (2001, p. 35) já previam este tipo de contexto, por meio das “verdadeiras utopias” considerando que “por causa da qualidade contraditória da reprodução social no capitalismo, sob, certas condições políticas, aspectos desses desenhos institucionais podem potencialmente coexistir parte de projetos pragmáticos de reforma social, mesmo dentro da sociedade capitalista”.

Entremeado aos elementos aqui considerados, está o papel fundamental das instituições, sejam aquelas que se juntaram aos objetivos e ações da mercantilização, sejam aquelas que se formaram no viés dos contramovimentos.

Anterior, ao aprofundamento específico nos contramovimentos, se faz necessário explicitar onde se encontra o alimento dentro da perspectiva de desenvolvimento, conforme contextualizado a seguir.

O alimento no contexto do desenvolvimento

O objetivo deste item é aprofundar a relação já feita por Schneider e Escher (2011) entre a produção do alimento, sua mercantilização e a visão do desenvolvimento. Os autores em questão usam a obra de Polanyi para concretizar a visão de que “a instituição de mercadorias fictícias desencadeou processos sociais e políticos que tentaram desagregar as formas orgânicas de existência” (SCHNEIDER; ESCHER, 2011, p. 199).

Em um contexto histórico registra-se o uso da terra e da força de trabalho para dar estrutura ao sistema de capitalismo centrado na mercadoria, Lenin (1985) em seu trabalho sobre desintegração do campesinato já mostrou como este fenômeno se deu na Rússia, no sec. XIX, e como o fato da manutenção desta base proletária sustenta a própria estrutura a qual se busca combater.

A terra e a força de trabalho estão na base desta discussão, como meios de produção do elemento de manutenção da sobrevivência humana, o alimento, que por sua vez ganha ainda mais força dada a urbanização forçada pela própria mercantilização da terra e da força do trabalho, aliada aos processos de industrialização.

Fato é que o alimento está no centro de um contexto de desenvolvimento histórico e atual, constatação que traz consigo inúmeros aspectos dicotômicos que são transversalizados pelo sistema, entre os quais a polarização e/ou priorização do urbano frente ao rural, e todas as implicações na construção das relações sociais no campo e na cidade, que criam cenários dinâmicos e multidimensionais definitivos para o entendimento e construção do desenvolvimento na sua real totalidade.

Machado *et al.* (2016, p. 507) reforçam que o alimento como mercadoria foi validado, de forma definitiva, a partir da segunda guerra mundial, com as afirmativas de insuficiência de alimentos em diversas partes do mundo e aumento da fome nos países mais pobres, segundo os autores, estes dados foram corroborados por órgãos internacionais como a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura e o Banco Mundial, que enfatizavam que a baixa produtividade agrícola era a responsável pela fome e pobreza global.

Segundo Polanyi (2000, p. 214), este processo de culpabilização produtiva se consolidou no decorrer de diferentes fatos históricos, desde o cercamento de áreas comuns pelos senhores

no século XVI na Inglaterra, até a revolução industrial propriamente dita, momentos que podem ser vistos como o auge figurativo do processo de mercantilização do alimento.

Sob a alegação da fome, se constitui o período “desenvolvimentista” que infere aos países “subdesenvolvidos” a chamada “modernização da agricultura”, que chega no Brasil, ao seu auge, na década de 70:

Neste período, a dinâmica tecnológica e a expansão dos mercados agrícolas foram institucionalmente induzidas através de políticas de intervenção do Estado, como investimentos na pesquisa aplicada, na assistência técnica e extensão rural, e no fornecimento seletivo de crédito subsidiado (SCHNEIDER; ESCHER, 2011, p. 203).

O processo de “modernização da agricultura” teve um importante aspecto de institucionalização, assim como previa Polanyi, governos, organizações sócio-políticas e empresas privadas, se unem por meio de uma teia envolta de interesses econômicos e, conseqüentemente, de acumulação de capital e poder.

McMichael (2016, p. 41-43) disserta sobre as forças condutoras das estruturas dos regimes alimentares, o que podemos balizar com a teoria de institucionalização de Polanyi, para McMichael o Estado assume neste período um lugar de destaque em um processo duradouro de formação de relações globais de valor, baseado na integração da indústria mundial com a agricultura mundial, configurando preços e repercutindo de forma definitiva as categorias de classe. Ao que se acrescenta a visão de Schneider e Escher (2011, p. 204 e 205):

[...] apesar dos quesitos de produção e produtividade, este modelo reproduziu desigualdades distributivas na propriedade e na renda, gerou êxodo rural, desemprego nos campos e nas cidades, marginalização urbana, exclusão social e econômica, e desarticulação regional dos processos de desenvolvimento econômico [...] o que veio a contribuir para a geração de uma verdadeira “falha metabólica” na relação sociedade-natureza jamais vista em tamanha proporção.

Para McMichael (2016), o ponto comum dos diferentes regimes alimentares tem sido a oferta de alimentos a baixo custo, que além da acumulação no sistema estatal tem função de redução de encargos salariais, melhoria dos salários reais, pacificação de mão de obra, apropriação dos recursos alimentares, geração de dependência, custeio de dívida e subcotação de produtores. O autor conclui colocando o alimento como instrumento de domínio usado para o exercício de poder.

Este cenário foi construído lenta e intensamente com um sistema autorregulado de mercados, sobre o que Polanyi (1978, p. 5) já afirmava “o medo da fome entre os trabalhadores, e a atração pelo lucro entre os patrões, manteriam o vasto sistema em funcionamento”, pode-se ponderar que o medo da fome permanece, mas permeado pela incrustada necessidade de acumulação, ao que corrobora a afirmação do mesmo autor “uma tal conversão forçada para uma perspectiva utilitarista perverteu fatalmente a autocompreensão do homem ocidental”.

McMichael (2016, p.19-20) em seu trabalho sobre regimes alimentares descreve o que chama de terceiro regime, como “regime alimentar corporativo” que é resultado dos anteriores e aprofundados processos de formação de complexos transnacionais, que utilizam o alimento para o fortalecimento do poder, incorporando países como Brasil e China e, integrando cadeias de suprimento diferenciadas a uma “revolução de supermercado” (REARDON *et al.*, 2003). Para McMichael o regime alimentar corporativo foi favorável às grandes indústrias e aos interesses políticos de diferentes governos em escala global:

[...] subdividindo os alimentos em duas categorias – itens de qualidade e itens padronizados – para suprir dietas de classes bifurcadas [...] desapossando agricultores “ineficientes”, gerou grande contingente de desalojados vivendo em favelas e estimulou um movimento de protesto global de agricultores, pescadores, criadores de animais e trabalhadores sem terra [...] esses movimentos registram o agravamento da crise da agricultura industrial (MCMICHAEL, 2016, p. 19-20).

Em contrapartida, a esta desapropriação dos agricultores tidos como “ineficientes”, formase uma linha de resistência, composta por pensadores e a comunidade em geral que defendem outra vertente de formação de ideológica e prática sobre o alimento. Schneider e Escher (2011) usam o conceito de contramovimentos, fundamentado por Polanyi em 1980, que sinaliza existir “um movimento de aprofundamento da sociabilidade capitalista e do intercâmbio mercantil na agricultura e no espaço rural” (SCHNEIDER; ESCHER, 2011, p. 208).

A concepção de Polanyi (2000, p. 10), referenciando o “moinho satânico que triturou os homens transformando-os em massa” parece ser apropriada para perfilar este item, subjetivando a relação entre vida, entendida no alimento e no ser social e a sobrevivência, como configura o mesmo autor, “imbecilizada” pela herança de uma economia de mercado.

Situação que impulsiona a refletir sobre o papel do agricultor tido como ineficiente, como ele se articula para se manter vivo dentro deste sistema alimentar corporativo e como o consumidor, em contrapartida, assume um papel fundamental para manter este tipo de agricultor até hoje vivo e ativo, dentro desta política mercadológica adotada em relação ao alimento.

Agricultores familiares e consumidores: os atores que compõem a relação de venda e consumo de alimentos.

Como ponto de partida salienta-se que o agricultor do qual se refere neste item é o agricultor familiar, aquele que em meio aos processos de crescimento econômico e desenvolvimento do capitalismo se vê até certo ponto encurralado pelo capital, mas que como saída, busca com o apoio dos familiares e das relações interpessoais da comunidade, continuar a existir e a se manter por meio de técnicas e processos alternativos à produção de *commodities*³.

Neste sentido, falar sobre o desenvolvimento no Brasil, não é algo estático, como em outros setores da sociedade, “no período recente, novos atores sociais emergiram e identidades foram construídas, assim como se ampliaram e se diversificaram os instrumentos de ação pública refletindo a periódica renovação das compreensões sobre o meio rural” (MALUF, 2015, p.09). Fato que acrescenta pontos de reflexão ao que previa anteriormente Karl Marx, segundo ele:

[...] o artesão ou o camponês que produzia com seus próprios meios de produção ou seria transformado gradualmente num pequeno capitalista que também explora o trabalho alheio ou sofreria a perda de seus meios de produção se transformando em trabalhador assalariado (ABRAMOWAY, 1992, p. 73).

Somente após a junção de seus pensamentos com os dos populistas russos, que Marx desenvolve uma questão fundamental para entender o processo de desenvolvimento da agricultura familiar, “as particularidades históricas”, momento em que ele identifica que a experiência vivida na Inglaterra não necessariamente seria replicada em outras localidades (PLEIN, 2016).

³Produtos que funcionam como matéria-prima, produzidos em escala e que podem ser estocados sem perda de qualidade.

Kautsky (1986), com uma visão pessimista sinalizava que quanto mais a agricultura se aproxima das práticas capitalistas, mais nítido seria identificar uma diferença entre os agricultores capitalistas e os “agricultores pequenos”.

No entanto, o que pensadores como Marx, Lênin e Kaustky não dominavam e, consequentemente, não previam era a versatilidade e a capacidade de renovação e resistência destes “agricultores pequenos”, que ao invés de serem aniquilados, representam uma parte considerável da população, principalmente nos países subdesenvolvidos e compõem, de forma significativa, o setor de produção de alimentos.

Segundo Alexander Chayanov e Jerzy Tepicht (Citados por ABRAMOVAY, 1992), isto ocorreu porque a lógica destes agricultores pequenos advém de um conhecimento racional e positivo, sendo necessário o incentivo para a formação de estratégias que estimulam a modernização da produção familiar, em prol de um conjunto de condições que propiciem aos mesmos permanecer no mercado, como é o caso da formação de cooperativas.

Neste momento identifica-se a formação de atores sociais que se metamorfoseiam numa miscigenação com característica de proprietário fundiário, de empresário privado e de trabalhador (JEAN, 1994), fruto de uma resistência permeada pelos obstáculos próprios do capitalismo e pela produção simples de mercadoria (SCHNEIDER, 2003). Considerando, que para o capital a produção de “mercadorias”, com uma durabilidade limitada, a exemplo de hortaliças e frutas, não é algo rendoso.

[...] de acordo com os autores neomarxistas, o que explica a permanência da agricultura familiar no capitalismo são os obstáculos naturais e a forma de organização do trabalho e da produção. Ao contrário das teses clássicas do marxismo, a agricultura familiar seria uma forma interessante para a acumulação de capital, uma vez que: a) o capitalismo só se sustenta pela acumulação de capital; b) a agricultura familiar não visa à taxa de lucro, mas a remuneração da mão de obra familiar, conseguindo, portanto, produzir alimentos mais baratos; c) o preço do alimento é fator essencial para o capitalista, do ponto de vista da reprodução da força de trabalho (PLEIN, 2016, p. 61).

Fato que diferenciou a estrutura fundiária do Brasil em relação a outros países, mas que não impediu “que se constituíssem, nos interstícios internos e externos dos latifúndios, espaços que escapavam da ocupação pelos senhores da terra e que eram, sob formas distintas, usados produtivamente por pequenos agricultores camponeses” (WANDERLEY, 2015, p. 27).

Nestes espaços alternativos os camponeses desenvolviam uma agricultura de base familiar e comunitária que presava a autonomia “expressa pela capacidade de prover a subsistência do grupo familiar, em dois níveis complementares: a subsistência imediata, isto é, o atendimento às necessidades do grupo doméstico, e a reprodução da família pelas gerações subsequentes” (WANDERLEY, 1996, p. 3).

Com efeito, um dos eixos centrais da associação camponesa entre família, produção e trabalho é a expectativa de que todo investimento em recursos materiais e de trabalho despendido na unidade de produção, pela geração atual, possa vir a ser transmitido à geração seguinte, garantindo a esta, as condições de sua sobrevivência (WANDERLEY, 1996, p. 4).

O que influencia na forma como o camponês age econômica e socialmente, pois ele não se identifica simplesmente a uma agricultura de subsistência, ele projeta um futuro para suas

próximas gerações, idealizando um amanhã com mais igualdade, principalmente no que compete a divisão de terras, objetivando o fortalecimento familiar que lhe assegure, mesmo que em pequena escala, a autonomia na produção, o que não ocorre nos grandes latifúndios.

Mas para além desta autonomia adquirida no pequeno espaço em que o camponês reside, o mesmo é dotado de senso crítico em relação a esta disparidade na divisão da terra no país, o que o torna um ator fundamental no conflito contra a territorialidade capitalista (FELICIO, 2006). Nestes casos a agricultura familiar é entendida:

[...] como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. É importante insistir que este caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo: o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente. (WANDERLEY, 1996, p. 2).

É a presença destas características que nos autoriza a considerá-los, na atualidade, para além das particularidades de cada situação e da conexão (ou superposição) das múltiplas referências identitárias, e a assumir que os conceitos de campesinato e agricultura familiar podem ser compreendidos como equivalentes (WANDERLEY, 2015).

Dentro desta perspectiva, Plein (2016) sinaliza que é necessário, devido a esta resistência do camponês/agricultor familiar, buscar sistemas alternativos dentro do próprio capitalismo, como o enfoque nos mercados específicos, que venham atender a seus interesses, tendo em vista que os mesmos participam ativamente das relações mercantis inseridas no sistema.

No Brasil, a produção agrícola e pecuária está historicamente pautada na formação de grandes propriedades/latifúndios e na produção de monoculturas, usando para tal, até pouco tempo, a mão de obra escrava. O latifúndio, de monocultura extensiva, direcionado para a exportação, dita as regras, e é responsável pelo patamar que o Brasil ocupa dentro da divisão internacional capitalista (PRADO JUNIOR, 2004).

Segundo Santos (2012, p. 98) esta conjuntura, tem uma dupla determinação “de um lado, pela funcionalidade desse padrão produtivo no sistema das relações capitalistas internacionais e, de outro, pela importância política das classes dominantes forjadas a partir da grande propriedade agrária”.

Como efeito disto, a concentração da propriedade da terra aumentou, ao lado da proliferação de minifúndios. Os incentivos governamentais favorecem as empresas fabricantes de equipamentos agrícolas e tratores, quase todas multinacionais, valorizando as grandes propriedades cuja produção destinava-se fundamentalmente à atividade agroexportadora (ALBUQUERQUE, 1981, p. 484).

Este quadro, tanto de investimento de tecnologia como de produção de *commodities*, sofre alterações no cenário brasileiro, principalmente após a Constituição de 1988 e a divulgação do Censo Agropecuário de 2006, do qual se extraem dados significativos em relação à importância dos “agricultores pequenos”, e que sinaliza a importância destes para a produção de alimentos, consolidando um percentual de 70% da produção de alimentos que o brasileiro consome. Conforme apontam Grisa e Schneider (2014, p.126-127):

Iniciando uma nova trajetória para a categoria social, a constituição de 1988 incitou novos espaços de participação social e reconheceu direitos; a criação

do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura (Pronaf) em 1995 desencadeou a emergência de outras políticas diferenciadas de desenvolvimento rural; a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 1999, e da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) no interior deste em 2001, institucionalizaram a dualidade da estrutura agrária e fundiária no país; e, em 2006, foi regulamentada a Lei da Agricultura Familiar que reconheceu a categoria social, definiu sua estrutura conceitual e passou a balizar as políticas públicas para este grupo social.

A criação no Brasil, da categoria intitulada “agricultor familiar”, pela Lei nº 11.326 de 2006, foi complementada e modificada pelo Decreto 9.064 de 31 de maio de 2017. O Decreto dispõe sobre a UFPA – Unidade Familiar de Produção Agrária e define estas unidades como “conjunto de indivíduos composto por família que explore uma combinação de fatores de produção” direcionados a produção de alimentos, bens e/ou serviços (BRASIL, 2017). Estas unidades devem possuir até quatro módulos fiscais, utilizar no mínimo metade de mão de obra familiar, obter no mínimo metade da renda originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento e por fim, ter o agricultor como gestor do mesmo (BRASIL, 2017).

Para incentivar o desenvolvimento da agricultura familiar, o governo, pressionado pelos movimentos sociais, criou incentivos para o aperfeiçoamento técnico e para a expansão da produção de alimentos provenientes desta categoria. Dentre os acontecimentos mais significativos no que compete às políticas públicas para o meio rural, pode-se destacar o Decreto Presidencial nº 1.946 (BRASIL, 1996), que instituiu o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e que representou o reconhecimento e a legitimação dos agricultores familiares perante o Estado.

O Pronaf surge com o intuito de fortalecer a capacidade produtiva desta categoria social e de ampliar a geração de emprego, renda e qualidade de vida das famílias por meio: do ajuste da política em relação à realidade dos agricultores, da viabilização de infraestrutura necessária à melhoria do desempenho produtivo, da elevação do nível de profissionalização e do estímulo ao acesso aos mercados de insumos e produtos (SCHNEIDER; SILVA; MARQUES, 2004).

Esses programas de fomento (diversas linhas do Pronaf), viabilizados por meio de créditos financeiros destinados à produção, foram complementados principalmente após o ano de 2003, com a criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e, em 2009, com a reestruturação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que exigiram a compra dos produtos da agricultura familiar. Tais programas governamentais contribuíram de forma significativa para a transformação do rural brasileiro, “servindo como arrimo para os agricultores familiares, e assim permitindo que esse segmento expresse as suas potencialidades” (ALMEIDA; FERRANTE; BERGAMASCO, 2009).

O PAA e o PNAE são programas que fortalecem a agricultura familiar e suas formas culturais e incentivam a prática da alimentação saudável nos setores populares. Sua efetivação prioriza a formação de arranjos produtivos inclusivos e viáveis aos agricultores familiares e, ao mesmo tempo, incentiva a produção de alimentos diversificados e saudáveis.

Diante da relevância da agricultura familiar para o país, é fundamental analisar os reflexos dos programas governamentais destinados a esta categoria, em específico o seu impacto na geração de renda e qualidade de vida dos agricultores e no aperfeiçoamento de práticas de agricultura que preconizam a preservação dos recursos naturais e a produção de alimentos saudáveis.

Em consonância com estas estratégias governamentais e impulsionados pelo reconhecimento, intensifica-se por parte do consumidor a busca por alimentos saudáveis. Segundo Portilho (2009), Stassart (2010) e Neiderle (2014), as mudanças nos processos produtivos, em prol de um alimento de qualidade, são acompanhadas por uma grande massa de consumidores que buscam alimentos saudáveis, ecológicos ou orgânicos, mas para, além disso, indivíduos que procuram se posicionar politicamente em relação às práticas sustentáveis e de um novo programa societário. Em uma construção, que adentra nas discussões sobre a alimentação como ato sociocultural “que pode fortalecer as dimensões da localidade, da artesanidade, da saudabilidade e da convivencialidade” (NEIDERLE, 2014, p. 81), e que se sustenta na produção de novas interfaces entre agricultores e consumidores.

Frestas de resistência: os contramovimentos

Barros *et al.* (2018, p 158.), em seu trabalho “Os limites da acumulação, movimentos e resistência nos territórios”, fazem um apanhado das diferentes situações de resistência nas regiões centro e norte do Brasil, os autores na tentativa de entender o fio condutor destes movimentos nos lembram que “embora estejamos ativamente produzindo este mundo neoliberal, o mundo não é apenas dominação, é sempre uma disputa, mesmo que através de pequenas frestas”, acentuando ainda a citação de Rosa Luxemburgo, que já no prefácio do referido livro, completa e ao mesmo tempo descortina um imenso horizonte para reflexão e ação dos indivíduos, segundo ela, “quem não se movimenta, não sente as correntes que o prendem”.

Neste sentido voltamos à atualidade latente de Polanyi, que corrobora com o pensamento de movimento, análise, resistência e construção.

Não podemos abandonar o princípio da liberdade individual, porém devemos recriá-lo. Não podemos restaurar uma sociedade passada, mesmo que a cortina da História esconda de nós os seus males; temos que reconstruir a sociedade para nós mesmos, aprendendo com o passado todas as lições e advertências que formos capazes de aprender (POLANYI, 2000, p. 11).

Para Burawoy; Wright (2001), o próprio caráter explorador gerado pelo sistema capitalista, cria ambientes antagônicos, onde um indivíduo se beneficia em detrimento de outros sugerindo uma reação natural. Os autores salientam, ainda, o viés de que, mesmo na condição de explorado, um indivíduo, sob este sistema, mantém uma capacidade central de reação, convergindo na abertura das “frestas” e construindo condições de adaptação e mudança. Ao que os mesmos sugerem uma ponderação da teoria marxista:

Existe assim um tipo de raciocínio quase-funcionalista em ação aqui, já que os sistemas de classe são vistos como problemas significativos de sua própria reprodução, problemas que tenderão a provocar construção de soluções. No entanto, não há suposição homeostática de que as soluções estão sempre disponíveis. De fato, uma das preocupações centrais de um marxista sociológico. A exploração do problema da reprodução social é precisamente estudar as maneiras pelas quais a própria reprodução é desafiada, minada, contraditória (BURAWOY; WRIGHT, 2001, p. 28).

Polanyi (2000) nos apresenta a teoria dos contramovimentos, antes mesmo do que chama de “nascimento do credo liberal”, nominando como tal, o complexo de ações que entremeou o tecido social no século XIX, principalmente remetendo à população inglesa pós-revolução industrial:

Uma fé cega no progresso espontâneo havia se apossado da mentalidade das pessoas e, com o fanatismo de sectários, os mais esclarecidos pressionavam em favor de uma mudança na sociedade, sem limites nem regulamentações. Os efeitos causados nas vidas das pessoas foram terríveis, quase indescritíveis. A sociedade humana poderia ter sido aniquilada, de fato, não fosse a ocorrência de alguns contramovimentos protetores que cercearam a ação desse mecanismo autodestrutivo (POLANYI, 2000, p. 98).

Entendemos então que assim como Burawoy e Wright (2001), Polanyi remete à própria natureza aniquiladora do capitalismo o surgimento da resistência, sobre o que Schneider e Escher (2011) complementam observando a “metamorfose” no ser social, direcionando nossa observação para o rural dentro deste contexto, afirmando que a integração da população rural ao desenvolvimento capitalista de mercado não implica necessariamente na “desintegração do campesinato” numa clara referência a Lenin (1985) e nem na urbanização total, mas sim na formação de novas estruturas sociais e na definitiva modificação das estruturas tradicionais.

No afunilamento das reflexões aqui tratadas, a abordagem chega à individualização das ações, sobre o que Schneider e Escher (2011, p. 209) afirmam que as mudanças estruturais são resultado das interações entre os atores sociais, constituídos em agentes de mudança, neste sentido, “os indivíduos não são simplesmente constrangidos, passivamente, por estruturas institucionais insensíveis a mudanças no curso da história: eles também são capazes de alterá-las”.

De acordo com as experiências dos atores envolvidos, suas perspectivas, valores, interesses e procedimentos, eles podem resistir às tendências tecnológicas e institucionais hegemônicas, intervindo e alterando diretamente os processos de trabalho e produção e assim os próprios espaços de produção e vida (SCHNEIDER; ESCHER, 2011, p. 210).

Neste aspecto, Polanyi (1978) reforça a participação do indivíduo na construção do desenvolvimento abordando as liberdades provindas da própria economia de mercado, a liberdade da coexistência, da palavra, da reunião, da associação, chegamos ao indivíduo, aquele que deve responder a pergunta proposta por Sen, de como devemos viver? Sen (1999) aborda a questão nos fazendo aterrissar na constatação de que a economia é feita de pessoas reais, centrando as discussões e desdobramentos na ética da economia, nas palavras do autor “gostaria de mostrar que a economia, como ela emergiu, pode tornar-se mais produtiva se der uma atenção maior e mais explícita às considerações éticas que moldam o comportamento e o juízo dos humanos” (SEN, 1999, p. 16).

Sen (1999, p. 18) faz uma ponderação entre o comportamento econômico e a racionalidade como consistência interna de escolha, afirmando que “a escolha racional tem de exigir algo pelo menos com respeito à correspondência entre o que se tenta obter e como se busca obtê-lo”.

No que compete exclusivamente aos contramovimentos que se aplicam a produção e distribuição (venda) de alimentos, a problemática leva em consideração desde a relação do consumo, as práticas alimentares, as ações individuais, os estilos de vida, questões relacionadas à saúde, a produção de alimentos “limpos”, o desperdício de alimentos, além das relações que se estabelecem nestes processos (CASSOL; SCHNEIDER, 2015). Elementos que fazem do ato de comer,

uma ação social capaz de fomentar valores novos e modos de vida que levam em consideração a sustentabilidade (BARBOSA, 2009), com o reconhecimento de que os vínculos estabelecidos nesta dinâmica criam valores sociais e culturais que tem seu cerne na história da localidade e por consequência do território (GOODMAN, 2002).

O alimento se tornaria uma mercadoria *em si* na medida em que deixa de responder a este imperativo de ordem moral. Nessa perspectiva, a noção emergente de “alimentos saudáveis” – reivindicada por movimentos sociais, organizações não governamentais e fóruns públicos – poderia ser compreendida como expressão de um contramovimento ao processo de mercantilização, que, no caso dos produtos orgânicos, constituiria uma resposta às fissuras que esse processo produz na imagem até então consolidada do alimento orgânico como referência de saúde (NIEDERLE, 2014, p. 83).

Como características deste processo, podemos destacar a reativação das feiras livres em contraposição ao crescimento das grandes redes de varejo, a criação de lojas especializadas na comercialização de produtos orgânicos, naturais e artesanais, nichos de mercado que encurtam a cadeia de comercialização e valorizam a produção deste tipo de alimento (NIEDERLE, 2014).

Os elementos aqui versados consideram uma forma de economia entremeada pela reciprocidade, capaz de sedimentar relações sociais, vinculando o indivíduo e suas condutas como agentes de transformação (RADOMSKY, SCHNEIDER, 2007).

Considerações Finais

O desenvolvimento é possível, na perspectiva de Polanyi e Sen, mesmo dentro do um sistema capitalista, considerando a capacidade da própria sociedade de escolha, mobilização e criação. Neste sentido, a sociedade se organiza, associa, institucionaliza e estabelece novas relações capazes de equidade, reciprocidade e ética.

As novas estruturas sociais alavancadas pela escolha consciente e pela reciprocidade têm, na relação com os recursos ambientais e com o alimento, sua própria concepção de sustentação, fortalecendo a agricultura familiar como um núcleo que reflete suas aspirações.

Os contramovimentos se formam, interligam e fortalecem pelo poder de escolha, expandindo para a sociedade as “frestas” de liberdade, mesmo em um ambiente de mercantilização do alimento, perfazendo cada vez mais opções e culminando na construção de novas formas de vida e mercados.

Há um processo de soma, entre o agricultor, que inova e adota práticas, que se articula com um pensar capaz de integrar o consumidor, e ao mesmo tempo, considera os aspectos ambientais e sociais. Ação participante de um fluxo mais orgânico de relações, em prol da retomada efetiva do poder de escolha dos indivíduos.

A reversão do processo de mercantilização do alimento está alicerçada em um aglomerado de ações, políticas econômicas, mas prioritariamente sociais vistas aqui como impulsionadoras de mudanças concretas e passíveis de estabilidade nos contextos do desenvolvimento. Estas, por sua vez, embasadas na capacidade de escolha e reação dos indivíduos, formadores de sua opinião e da base de contramovimentos, capazes de fortalecer e propagar estas ações.

Referências Bibliográficas

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. HUCITEC, 1992.
- ABRAMOVAY, R. Entre Deus e o Diabo: mercados e interação humana em Ciências Sociais. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, v. 16, n. 2, p. 35-64, 2004.
- ALBUQUERQUE, M. M. **Pequena história da formação social brasileira**. Rio de Janeiro: Graal, 1981.
- ALMEIDA, L. M. M. C.; FERRANTE, V.L.S.B.; BERGAMASCO, S. M. P. P.; Programas de segurança alimentar e agricultores familiares: a formação de rede de forte coesão social a partir do PAA no município de Araraquara-SP. In: XLVII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. 2009.
- BARBOSA, L. “Tendências da alimentação contemporânea”. In: PINTO, M. de L.; PACHECO, J. K. (orgs.). **Juventude, consumo e educação**. Porto Alegre: ESPM. 2009.
- BARROS, J. *et al.* **Os Limites da Acumulação, Movimentos e Resistência nos Territórios**. IAU/USP: São Carlos. 169 p. 2018.
- BAUMAN, Zigmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Tradução: *Marcus Penchel*. Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro, 1999.
- BRASIL. **Lei nº 11.326 de 2006**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em: 15 de agosto de 2019.
- BRASIL, **Decreto Nº 1.946, de 28 de junho de 1996**. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1946.htm Acesso em 5 de março de 2021.
- BRASIL. **Decreto Nº 9.064, de 31 de maio de 2017**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9064.htm Acesso em 5 de março de 2021.
- BUGRA, A. Polanyi's concept of double movement and politics in the contemporary market society. In: Bugra, A.; AGARTAN, K. (org.). **Reading Karl Polanyi for the Twenty-First Century: Market Economy as a Political Project**. Oxford: Palgrave Macmillan, 2007.
- BUGRA, A.; AGARTAN, K. (org.) **Reading Karl Polanyi for the Twenty-First Century: Market Economy as a Political Project**. Oxford: Palgrave Macmillan, 2007.
- BURAWOY, M.; WRIGHT, E. O. Sociological marxism. In: Handbook of sociological theory. Springer, Boston, MA, 2001. p. 459-486.
- CASSOL, A.; SCHNEIDER, S. Produção e consumo de alimentos: novas redes e atores. **Lua Nova**, São Paulo, 95: p. 143-177 - 2015.
- DA VEIGA DIAS, V. *et al.* O mercado de alimentos orgânicos: um panorama quantitativo e qualitativo das publicações internacionais. **Ambiente & Sociedade**. ANPPAS: São Paulo, vol. XVIII, n. 1, p. 161-182. 2015.
- FELICIO, M. J. Os camponeses, os agricultores familiares paradigmas em questão. – Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Geociências. **Geografia** - v. 15, n. 1, jan./jun. 2006.
- GOODMAN, D. 2002. “Rethinking food production-consumption: integrative perspectives”. **Sociologia Ruralis**, v. 40, n. 4, p. 271-77.

- GRISA, C.; SCHNEIDER S. El caso de Brasil. In: SABOURIN, E.; SAMPER, M.; SOTOMAYOR, O. (Ed.). Políticas públicas y agriculturas familiares en América Latina y El Caribe: balance, desafíos y perspectivas. Santiago: Cepal, Red PPAL, 2014.
- JEAN, B. A forma social da agricultura familiar contemporânea: sobrevivência ou criação da economia moderna. **Cadernos de Sociologia**, v.6, p. 51-75, 1994.
- KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.
- LENIN, I. V. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. Tradução de José Paulo Neto. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- LINERA, A. G. **Tensões Criativas da Revolução**. Ed. Expressão popular: São Paulo, p. 100. 2019.
- MACHADO, P. P.; OLIVEIRA, R. F. N.; MENDES, N. A. O Indigesto Sistema do Alimento Mercadoria. **Saúde e Sociedade**: São Paulo, v.25, n.2, p. 505-515, 2016.
- MALUF, R. S. P. **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil**. Organizadores Catia Grisa [e] Sergio Schneider. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.
- MCMICHAEL, P. Regimes Alimentares e Questões Agrárias. **Estudos camponeses e Mudança Agrária**. São Paulo: UNESP, Porto Alegre: UFRGS, n. 1. 2016.
- NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006.
- NIEDERLE, P. A. Os agricultores ecologistas nos mercados para alimentos orgânicos: contramovimentos e novos circuitos de comércio. **Sustentabilidade em Debate** - Brasília, v. 5, n. 3, p. 79-96, set/dez 2014.
- PLEIN, C. **Desenvolvimento, mercados e agricultura familiar: uma abordagem institucional da pobreza rural**. Curitiba: CRV, 2016.
- PRADO JUNIOR, C. **História econômica do Brasil**. 46 ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- POLANYI, K. La economía como actividad institucionalizada. In: POLANYI, Karl; ARENSBERG, Conrad M.; PEARSON, Harry W. (Ed.). **Comercio y Mercado en los Imperios Antiguos**. Capítulo XIII, p.289-316. Barcelona: Labor Universitaria, 1976.
- POLANYI, K. A nossa obsoleta mentalidade mercantil. **Revista Trimestral de Histórias e Ideias**: Porto (Portugal), n.1, p. 77. 1978.
- POLANYI, K. A grande transformação. 2ed. Rio de Janeiro: Elsevier. 2000.
- PORTILHO, F. Novos atores no mercado: movimentos sociais econômicos e consumidores politizados. **Política & Sociedade**. n. 8. 2009. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/274668691_Novos_atores_no_mercado_movimentos_sociais_economicos_e_consumidores_politizados acesso em 5 de março de 2021.
- REARDON, T. *et al.* The rise of supermarkets in Africa, Asia, and Latin America. **American Journal of Agricultural Economics**. n. 5, p. 1140-1146.
- SANTOS, J. S. **“Questão Social”: Particularidades no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2012.
- SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre. 2004.

SCHNEIDER, S.; RADOMSKY, G. NAS TEIAS DA ECONOMIA: o papel das redes sociais e da reciprocidade nos processos locais de desenvolvimento. **Sociedade e Estado**: Brasília, v. 22, n. 2, p. 249-284. 2007.

SCHNEIDER, S.; ESCHER, F. A contribuição de Karl Polany para a sociologia do desenvolvimento rural. **Sociologias**. Porto Alegre: SEER, ano 13, n. 27, p. 180-219. 2011.

SCHIMITT, J. S. Encurtando o caminho entre a produção e o consumo de alimentos. **Agriculturas**. Curitiba: ASPTA, v. 8, n. 3. 2011.

SEN, Amartya K. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEN, A. **Sobre Ética e Economia**. Tradução: Laura Teixeira Mota. São Paulo. Companhia das Letras: 1999.

STASSART, P. M. Le rôle des “consommateurs” dans la construction d’un accord entre agriculteurs et environnementalistes. In: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, 4. **Anais...** Curitiba: UFPR, 2010.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes Históricas do Camponato Brasileiro. **In**: XX Encontro Anual da Anpocs GT17, Processos Sociais Agrários Caxambu, MG Outubro 1996. Disponível em: http://www.redereparte.org.br/arquivos/reparte07-08-2012_110532.pdf Acesso em: 02 de agosto de 2019.

WANDERLEY, M. de N. B. O camponato brasileiro: uma história de resistência. **Revista de Economia e Sociologia Rural**: Piracicaba - SP, Vol. 52, Supl. 1, p. 025-044, 2015.